



Repensando o binarismo adulto/criança: *childism*, literatura infantil e crítica epistemológica

Rethinking the Adult/Child Binary: Childism, Children's Literature and Epistemological Critique

Repensando el binarismo adulto/niño: childism, literatura infantil y crítica epistemológica

Maura Tripi¹
LUMSA University, Italia.

Resumo

Este artigo examina o conceito de *childism* tanto como uma estrutura crítica para identificar preconceitos contra crianças quanto como uma perspectiva transformadora para repensar as relações sociais e políticas entre gerações. Desenvolvido inicialmente na década de 1970 em relação à psiquiatria, à psicanálise e à crítica da literatura infantil, o *childism* referia-se, a princípio, à presunção adulta de superioridade sobre as crianças e aos estereótipos, microagressões e relações assimétricas de poder por meio dos quais a infância é construída como dependente, imatura e subordinada. O artigo discute primeiramente essa interpretação e, em seguida, analisa o papel da literatura infantil como um campo no qual as representações adultocêntricas da infância são simultaneamente reproduzidas e questionadas criticamente. Por fim, o artigo volta-se à interpretação reconstrucionista do *childism*, entendido não apenas como uma crítica ao adultismo, mas como uma ferramenta epistemológica e política. Nessa perspectiva, o *childism* abre um espaço político interdependente no qual a agência, a diferença e a participação das crianças podem contribuir para um repensar mais amplo da cidadania, da democracia e da justiça social.

Palavras-chave: *childism*, adultismo, adultocentrismo, literatura infantil.

Abstract

This article examines the concept of childism as both a critical framework for identifying prejudice against children and a transformative perspective for rethinking social and political relations across generations. First developed in the 1970s in relation to psychiatry, psychoanalysis and children's literature criticism, childism initially referred to the adult presumption of superiority over children and to the

¹ Professor Adjunto. LUMSA University, Italy. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7507-0199>. E-mail: m.tripi@lumsa.it.



stereotypes, microaggressions and asymmetrical power relations through which childhood is constructed as dependent, immature and subordinate. The article first discusses this interpretation, it then analyses the role of children's literature as a field in which adult-centred representations of childhood are both reproduced and critically questioned. Finally, the article turns to the reconstructionist interpretation of childism, understood not merely as a critique of adultism but as an epistemological and political tool. From this perspective, childism opens an interdependent political space in which children's agency, difference and participation can contribute to a broader rethinking of citizenship, democracy and social justice.

Keywords: *Childism, adultism, adultcentrism, children's literature.*

Resumen

Este artículo examina el concepto de childism tanto como una estructura crítica para identificar prejuicios contra los niños como una perspectiva transformadora para repensar las relaciones sociales y políticas entre generaciones. Desarrollado inicialmente en la década de 1970 en relación con la psiquiatría, el psicoanálisis y la crítica de la literatura infantil, el childism se refería, al principio, a la presunción adulta de superioridad sobre los niños y a los estereotipos, microagresiones y relaciones asimétricas de poder mediante los cuales la infancia se construye como dependiente, inmadura y subordinada. El artículo discute primero esta interpretación y, a continuación, analiza el papel de la literatura infantil como un campo en el que las representaciones adultocéntricas de la infancia se reproducen y se cuestionan críticamente al mismo tiempo. Por último, el artículo se centra en la interpretación reconstruccionista del childism, entendido no solo como una crítica al adultismo, sino como una herramienta epistemológica y política. Desde esta perspectiva, el childism abre un espacio político interdependiente en el que la agencia, la diferencia y la participación de los niños pueden contribuir a repensar de manera más amplia la ciudadanía, la democracia y la justicia social.

Palabras clave: *childism, adultismo, adultocentrismo, literatura infantil.*

INTRODUÇÃO

Este artigo examina as duas principais interpretações do conceito de *childism*. O termo surgiu nos Estados Unidos a partir da década de 1970, inicialmente nos campos da psiquiatria (Pierce e Allen, 1975), da psicanálise e da crítica da literatura infantil (Hunt 1984), e, mais recentemente, passou a circular transnacionalmente no âmbito da filosofia da educação e da pedagogia (Biswas et al., 2024; Tripi, 2025). Em seu primeiro significado, *childism* refere-se a uma estrutura interpretativa para identificar e desconstruir preconceitos contra crianças e a infância. Em um segundo

sentido, mais recente, funciona como uma perspectiva teórica e política capaz de abrir novos espaços de interdependência social e cultural.

O termo “*childism*”, portanto, passou por um duplo desenvolvimento na literatura acadêmica. Por um lado, tem sido utilizado para descrever as formas pelas quais as crianças são submetidas à dominação adulta por meio de estereótipos profundamente arraigados, preconceitos e relações assimétricas de poder. Nesse sentido, o *childism* aproxima-se de categorias mais consolidadas, como sexismo e racismo, uma vez que identifica uma forma específica de discriminação dirigida contra um grupo social marginalizado. Por outro lado, o *childism* tem sido interpretado como uma chave epistemológica por meio da qual se podem questionar as normas, instituições e processos sociopolíticos que historicamente reproduziram o adultismo. Nessa segunda perspectiva, o *childism* assume uma função transformadora, fundamentada nas experiências marginalizadas das crianças, e pode ser situado ao lado de abordagens críticas como o feminismo, a teoria decolonial e o pensamento pós-colonial.

Este artigo analisa o *childism* tanto como um conceito crítico quanto como uma perspectiva transformadora para repensar a infância, o poder adulto e a participação política. A primeira seção discute o *childism* como uma forma de preconceito contra as crianças, mostrando como a infância tem sido frequentemente construída por meio de pressupostos adultocêntricos, estereótipos e relações hierárquicas. A segunda seção explora a influência do *childism* no âmbito da literatura infantil, concentrando-se nas formas pelas quais os textos literários e a crítica têm problematizado o olhar adulto, a representação das crianças e a possibilidade de abrir espaço para as vozes infantis. A terceira seção volta-se ao “reconstrucionismo” (Wall, 2019b) e à interdependência como uma nova perspectiva teórica e política. Sustenta-se que o *childism* pode ir além da mera denúncia do preconceito e tornar-se um meio de imaginar formas mais inclusivas de agência, cidadania e participação democrática entre gerações.

CHILDISM COMO A SEMENTE DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO

O primeiro uso documentado do termo remonta a 1975, quando os pesquisadores norte-americanos Chester M. Pierce e Gail B. Allen definiram *childism*

como “a presunção automática da superioridade de qualquer adulto sobre qualquer criança; isso resulta em que as necessidades, desejos, esperanças e medos dos adultos tenham precedência inquestionável sobre os da criança” (Pierce e Allen, 1975, p. 15). É significativo que o conceito tenha surgido no contexto de uma investigação sobre conteúdo racista na publicidade comercial norte-americana. Nesse contexto, os autores identificaram não apenas discriminação racial e sexista, mas também estereótipos e preconceitos associados à infância. As crianças eram representadas como sujas, gananciosas, inclinadas a mentir e enganar, inclusive nas relações familiares. A imagem resultante era a das crianças como seres corporais e instintivos, em oposição a sujeitos racionais e reflexivos.

O próprio Pierce havia desenvolvido alguns anos antes (1974) o conceito de microagressão, termo hoje amplamente utilizado na psicologia e na teoria social. Ele definiu microagressões como as interações por meio das quais o racismo é praticado, caracterizadas pela depreciação reiterada de pessoas negras por pessoas brancas mediante ações verbais ou comportamentais mínimas, ambíguas e frequentemente automáticas. Essas ações podem ser realizadas de forma pré-consciente ou inconsciente, mas seus efeitos cumulativos são substanciais. De modo semelhante, o *childism* baseia-se na constante acomodação da criança-vítima a uma série de microagressões praticadas pelo adulto-agressor. A criança responde a esses comportamentos por meio de uma mobilização conformista e performativa que produz efeitos de longo prazo, influenciando o comportamento dos futuros adultos e contribuindo para a reprodução de práticas discriminatórias e relações assimétricas de poder. Nessa perspectiva, o *childism* pode ser compreendido como contendo a semente de outras formas de opressão, incluindo o racismo e o sexismo.

A pesquisadora Elisabeth Young-Bruehl, aluna de Hannah Arendt, desenvolveu sua análise do *childism* relacionando psicanálise, preconceito e infância. Seu trabalho baseou-se na teoria da projeção elaborada por integrantes da Escola de Frankfurt no campo dos estudos sobre preconceito (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford, 1950). Vários elementos fundamentais podem ser identificados em sua abordagem. Em primeiro lugar, os preconceitos não são simplesmente fenômenos patológicos ou desviantes. Ao contrário, respondem a necessidades e desejos humanos profundamente arraigados, encontrados em três tipos de caráter amplamente difundidos: obsessivo, histérico e narcisista. Os

preconceitos cumprem a função de impedir que essas necessidades se transformem em comportamentos abertamente patológicos. Em segundo lugar, os preconceitos formam-se por meio da projeção: indivíduos ou grupos externalizam aspectos negativos de si mesmos que não desejam reconhecer como próprios. Nesse processo, o grupo-alvo é desvalorizado, controlado e, em alguns casos, eliminado, como ocorreu com os judeus durante o Holocausto.

A pesquisa de Young-Bruehl sobre tipos de caráter e preconceito convergiu em seu volume póstumo *Childism: Confronting Prejudice Against Children* (2012). Em consonância com a teoria do preconceito, ela demonstrou que os preconceitos generalizados contra a infância não são a causa direta do abuso e dos maus-tratos infantis, mas sua *conditio sine qua non*. Compreender o *childism* é, portanto, revelar os modos e as causas das ações ofensivas dirigidas contra as crianças. Todo preconceito se baseia não em uma classificação objetiva, mas em uma crença. Isso vale para o sexismo, o racismo e, igualmente, para os preconceitos dirigidos contra a infância, que frequentemente constroem as crianças como imaturas, dependentes e pertencentes aos adultos.

Para Young-Bruehl, a infância difere de outros grupos discriminados porque constitui um “grupo-alvo global”. Isso ocorre por duas razões. Primeiro, onde quer que existam crianças, surgem preconceitos contra elas. Segundo, a categoria da infância inclui em si todos os demais grupos marginalizados. Há, por exemplo, meninas negras, crianças judias, adolescentes com deficiência, crianças homossexuais e crianças de pais homossexuais, todas as quais podem vivenciar formas múltiplas e interseccionais de discriminação.

Nesse primeiro significado, o *childism* funciona como um conceito guarda-chuva capaz de conectar diferentes estudos sobre práticas discriminatórias dirigidas contra crianças. Torna-se uma ferramenta heurística e sintética que também pode orientar a ação política. Ao mesmo tempo, uma interpretação exclusivamente negativa do *childism* corre o risco de reproduzir um modelo deficitário, que não valoriza suficientemente décadas de pesquisas sobre a agência das crianças, sua capacidade de transformação social e seu papel como produtoras de significado. O risco, em outras palavras, é reafirmar uma perspectiva adultocêntrica que atribui somente aos adultos a possibilidade de agir em favor do empoderamento dos mais jovens (Wall, 2019b).

A PROBLEMÁTICA RELAÇÃO ADULTO-CRIANÇA NA LITERATURA INFANTIL

Na segunda metade do século XX, diversos pesquisadores abordaram a literatura infantil por uma perspectiva psicanalítica, a fim de examinar tanto a genealogia da disciplina quanto a concepção e a institucionalização da infância por meio dos textos literários (Bosmajian, 1996). Em seu influente ensaio *The Case of Peter Pan, or the Impossibility of Children's Fiction*, Jacqueline Rose define a produção de livros para crianças como uma “fraude”, uma vez que figuras como Peter Pan não representam algo que exista para as crianças. Em vez disso, revelam as maneiras pelas quais escritores adultos imaginam, consciente ou inconscientemente, a infância. Rose conclui que “a ficção infantil é impossível, não no sentido de que não possa ser escrita (isso seria absurdo), mas porque depende de uma impossibilidade sobre a qual raramente se aventura a falar. Trata-se da relação impossível entre adulto e criança” (Rose, 1984, p. i).

A relação entre adultos e crianças, incorporada na dialética escritor-leitor, é, portanto, problemática a ponto de ser definida como “impossível”. Karín Lesnik-Oberstein desenvolve o argumento de Rose problematizando a expressão inglesa “*children's literature*”. Se o possessivo “s” for entendido literalmente, essa literatura não pertence às crianças. Se, ao contrário, o genitivo for interpretado como uma tentativa de conectar “children” e “literature”, encontra-se uma situação paradoxal na qual atribuição ou apropriação coincide com uma prática fraudulenta. Os adultos afirmam falar em nome das crianças, quando, na realidade, falam sobre elas ou para elas por meio de um olhar adulto (Lesnik-Oberstein, 1994).

Sebastien Chapleau associa essa crítica à análise dos brinquedos feita por Roland Barthes, que os descreve como “um microcosmo adulto” reproduzido em escala reduzida para um ser humano menor, um “homúnculo” que só pode possuir e consumir produtos concebidos para ele, mas nunca criá-los. A criança, nessa perspectiva, não inventa o mundo, apenas o utiliza (Barthes, 1957, citado em Chapleau, 2005).

Um paralelo adicional e particularmente influente foi traçado por Perry Nodelman (1992) entre a literatura infantil e o conceito de Orientalismo de Edward Said. Para Said, o “Oriente” não é um objeto geográfico neutro, mas uma categoria

cultural construída por meio das formas pelas quais os europeus imaginaram e representaram a alteridade. O Orientalismo permeia o discurso e a prática, legitimando a dominação, o governo e o exercício da autoridade sobre o Oriente:

O Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição corporativa para lidar com o Oriente — lidar com ele fazendo afirmações a seu respeito, autorizando visões sobre ele, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e exercer autoridade sobre o Oriente (Said, 1978, p. 3).

Nodelman reescreve a formulação de Said em relação à psicologia do desenvolvimento e à literatura infantil:

a psicologia infantil e a literatura infantil podem ser discutidas e analisadas como a instituição corporativa para lidar com a infância — lidar com ela fazendo afirmações a seu respeito, autorizando visões sobre ela, descrevendo-a, ensinando-a, colonizando-a, governando-a; em suma, a psicologia infantil e a literatura infantil como um estilo adulto para dominar, reestruturar e exercer autoridade sobre a infância (Nodelman, 1992, p. 29).

As características atribuídas ao Oriente são, assim, relidas de modo a evidenciar sua correspondência com as representações dominantes da infância. Ambos os processos e produtos culturais surgiram na mesma área geográfica e cultural e ambos se estruturam por pressupostos semelhantes: inferioridade, objetificação, silêncio, ausência de fala e periculosidade potencial. O paradigma ocidental e a visão adultocêntrica continuam a moldar os próprios estudos da infância e, por isso, exigem constante interrogação crítica.

Uma contribuição importante para relacionar a crítica da literatura infantil e o *childism* foi dada por Peter Hunt, que introduziu a crítica *childist* nesse campo (1984, 1991). Hunt partiu do reconhecimento de que tanto a literatura infantil quanto a crítica literária são produzidas por adultos e frequentemente reproduzem uma imagem da infância que não corresponde à criança real que lê as obras literárias. Hunt foi influenciado por escritores e críticos como Aidan Chambers (1978, 1985, 1993) e Margaret Meek (1982, 1988, 1991), que concentraram a atenção no “leitor implícito” por meio da teoria da resposta do leitor (Benton, 1996). Segundo essa perspectiva, as obras literárias são campos de ação para os leitores, e não espaços

inteiramente predeterminados pelo autor. O significado e, em certo sentido, a própria existência da literatura infantil residem na prática e na experiência de leitura dos jovens.

Hunt leva essa posição adiante ao reivindicar uma metodologia capaz de questionar pressupostos adultocêntricos sobre o que é apropriado para leitores mais jovens e sobre aquilo que eles são capazes de ler. Partindo da premissa de que crianças e adultos leem de maneiras diferentes, é preciso reconhecer que todo texto infantil é lido, no mínimo, de duas formas. Portanto, não é possível conceber a literatura infantil sem considerar as vozes dos leitores reais, que entram em relação com o texto literário.

Em *The Hidden Adult: Defining Children's Literature* (2008), Perry Nodelman identifica as principais características dos textos pertencentes ao gênero da literatura infantil. Entre elas, várias revelam em que medida esse campo literário se estrutura pela oposição entre o mundo adulto e a infância: os adultos às vezes assumem traços infantis, como no caso do Dr. Dolittle; pontos de vista adultos e infantis aparecem nos textos e frequentemente são apresentados como opostos; os adultos nas narrativas podem exercer um poder “colonial” sobre as crianças, do qual estas não conseguem escapar facilmente. Nessa direção, Nodelman critica a posição de Hunt precisamente porque considera a relação adulto-criança um problema irreduzível que afeta a literatura infantil como tal. Os adultos, especialmente aqueles que trabalham com crítica literária, sabem o que sabem e não conseguem compreender ou ler os textos da mesma forma que os leitores infantis. Diferentemente dos críticos adultos, os leitores infantis não encontram a literatura como um vasto complexo histórico e interpretativo, mas como uma experiência a ser desfrutada.

Segundo Nodelman, Hunt pressupõe que seja possível não saber aquilo que se sabe e, portanto, ler como se se fosse menos especialista do que realmente se é. Nodelman também contesta outro pressuposto implícito na crítica *childist*: o de que os adultos podem saber como as crianças leem. Essa objeção não invalida a importância da crítica *childist*, mas torna visível uma de suas tensões metodológicas centrais, isto é, a dificuldade de descentrar o olhar adulto sem substituir as vozes das crianças por outro discurso adulto sobre elas.

No âmbito das pesquisas sobre literatura infantil, o conceito de *childism* não se desenvolveu apenas na direção promovida por Hunt, mas foi adotado de diferentes maneiras. Jack Zipes (2012), por exemplo, baseia-se na interpretação de Young-Bruehl do *childism* como discriminação adulta contra a infância e como *conditio sine qua non* de toda forma de opressão e maus-tratos. Ele argumenta que os contos de fadas contribuíram para racionalizar e justificar culturalmente formas de abuso, maus-tratos e abandono de crianças. Concentrando-se particularmente no repertório coletado e reelaborado pelos Irmãos Grimm, Zipes enfatiza que esses contos nos lembram de que o *childism* é um fenômeno global. Eles também lembram aos adultos como trataram, e continuam tratando, as crianças no processo de civilização. Ele conclui que as histórias tradicionais devem ser questionadas em suas formas convencionais, exigindo uma consciência mais profunda do autoritarismo e do narcisismo adultos. No campo da narrativa, Zipes propõe utilizar as limitações dos contos de fadas tradicionais em benefício das crianças, de sua criatividade e de suas capacidades críticas, desafiando, assim, a cumplicidade adulta que perpetua a discriminação e a colonização.

Ao mesmo tempo, como argumenta Grilli, a literatura infantil é um instrumento de descentramento da condição adulta não apenas artisticamente, mas também filosoficamente. É uma literatura que também diz respeito aos adultos, “porque traz à luz aspectos de nossa dimensão adulta, de nossa cultura, sociedade, civilização e mentalidade que, quando confrontados com a palavra ‘infância’ e com a perspectiva que ela impõe, de algum modo explodem, revelando seus esquematismos, sua ambiguidade, precariedade e relatividade” (Grilli, 2021, p. 7, tradução minha).

A pesquisa crítica sobre literatura infantil, portanto, questiona não apenas a possibilidade de conhecer e explorar o ponto de vista dos leitores mais jovens, mas também os processos normativos nos quais se baseia a produção dos textos literários e as possibilidades de transformá-los. A literatura infantil pode ser compreendida, ao mesmo tempo, como antídoto e como veneno em relação à possível reconfiguração da relação adulto-criança.

Diversas possibilidades emergem desse debate. Entre elas estão desmontar a oposição binária entre adulto e criança, controlador e controlado (Rudd, 2005); superar a concepção implícita da criança construída, isto é, o pressuposto ideológico que vê a criança como muda; reconhecer, ao contrário, que a criança leitora é

também uma criança construtiva; e identificar as crianças concretas presentes no texto, que se apropriam do mundo a partir de seu posicionamento nos discursos sociais, econômicos, linguísticos e de gênero (Chapleau, 2005). Chapleau enfatiza ainda que as próprias crianças são autoras de uma enorme quantidade de textos originais, chamando, assim, a atenção para a literatura produzida por crianças (Chapleau, 2007). Como observa Rudd:

em termos de literatura infantil, contudo, ainda se poderia argumentar que, diferentemente das mulheres e de outros grupos minoritários, as crianças continuam sem voz, pois sua literatura é criada para elas, em vez de elas criarem a própria literatura. Mas isso é um absurdo. As crianças produzem literatura em grandes quantidades, oral e escrita, tanto individualmente quanto por meio de esforços colaborativos (às vezes diacronicamente), e em uma variedade de formas: rimas, piadas, canções, encantamentos, histórias fantásticas, peças, narrativas e muito mais. No entanto, além de algumas coletâneas e estudos (por exemplo, Fox 1993; Opie e Opie 1959; Rosen e Steele 1982; Steedman 1982; Sutton-Smith et al. 1999; Turner et al. 1978), somados a exceções editoriais isoladas (como a série Garden Gang, de Jayne Fisher (1980), escrita aos nove anos), essa produção permanece em grande parte não reconhecida — embora parte dela retorne, intertextualmente, em obras publicadas posteriormente (como ocorreu, por exemplo, com material que “Lewis Carroll” escreveu em suas próprias revistas quando jovem) (Rudd, 2005, p. 19).

Mesmo nos raros casos em que a literatura produzida por crianças é publicada, ela ainda é moldada pela negociação que as crianças mantêm com o mundo adulto. Frequentemente, inspira-se na reelaboração dos discursos circundantes e só é difundida e institucionalizada por meio da “autorização” adulta. A implicação é tanto política quanto cultural: convida-nos a questionar os limites institucionais do campo literário e a jogar criticamente com suas definições (Chapleau, 2007).

UMA NOVA PERSPECTIVA: UM ESPAÇO POLÍTICO INTERDEPENDENTE

Partindo de uma concepção política renovada da infância e da produção cultural de crianças e jovens, o filósofo John Wall elaborou mais recentemente uma interpretação adicional do *childism* em uma chave “reconstrucionista” (2019a, 2019b). Segundo Wall, o *childism* deve ser compreendido por analogia com

conceitos como feminismo e decolonialismo, e não racismo ou sexismo. Isso porque o *childism* não pretende apenas incluir as crianças de modo mais justo em estruturas definidas por adultos. Em vez disso, busca reestruturar criticamente as normas e os processos sociopolíticos historicamente enraizados no adultismo, partindo das experiências marginalizadas da infância.

A infância, portanto, não é considerada apenas como objeto de pesquisa. Em suas diferentes formas, torna-se uma lente plural da subjetividade social por meio da qual qualquer objeto de estudo pode ser examinado. Essas lentes de investigação podem ser aplicadas às próprias crianças, às relações entre crianças e adultos e a qualquer estrutura social na qual concepções fundamentais de infância exerçam influência significativa. Pesquisas que adotam essa abordagem permitem analisar expressões históricas do adultismo por meio desses prismas ou microscópios, desconstruir suas estruturas e reconstruir imaginários sociais mais inclusivos do ponto de vista geracional.

É nesse quadro que se situa a segunda interpretação do *childism*, inspirada nas filosofias feministas e nas abordagens pós-coloniais. Embora essa interpretação tenha permanecido, até o momento, marginal nos estudos da infância, ela desafia o olhar adulto e desconstrói concepções culturalistas, estáticas e etnocêntricas das crianças (Rollo, 2018). Pesquisas mais recentes voltaram-se para práticas que promovem empoderamento, cidadania ativa e interdependência política entre adultos, crianças e jovens. Entre os exemplos estão os debates sobre a redução da idade para votar (Wall, 2012), o protagonismo infantil em contextos latino-americanos (Voltarelli, 2022) e a desobediência civil de crianças em favor da justiça climática (Biswas e Mattheis, 2021). Esses exemplos revelam os limites da representação democrática das crianças, cuja participação muitas vezes não afeta concretamente os processos decisórios. Ao mesmo tempo, apontam para um desafio cultural e político à crença profundamente arraigada de que a esfera política pertence exclusivamente aos adultos.

Do ponto de vista teórico, essa interpretação problematiza a relação binária entre adultos e crianças por meio das categorias de agência, interdependência e diferença (Wall, 2012, 2019a). A ideia tradicional de agência, entendida como a capacidade autônoma e independente do indivíduo, não leva adequadamente em conta os desequilíbrios de poder intrínsecos a muitas relações, particularmente as

intergeracionais. A perspectiva proposta pelo *childism* nos convida a passar de uma lógica de igualdade como mesmidade, ou “equality-as-same”, para a noção de ser “diferentemente igual” (Moosa-Mitha, 2005; Yuval-Davies, 1999). Essa formulação reconhece a assimetria de recursos e experiências entre adultos e crianças sem negar a ninguém o direito à participação e à cidadania ativa.

A participação de crianças e jovens, embora diferente da participação adulta, torna possível repensar as próprias formas de ação política. Nessa perspectiva, a diferença não constitui motivo de exclusão ou marginalização, mas a própria base da cidadania. A participação torna-se uma expressão da agência na pluralidade de formas pelas quais indivíduos e grupos contribuem para o espaço político e social. Os direitos das crianças, portanto, não se limitam à proteção ou à provisão, mas incluem o direito de participar, de formas diferenciadas, da vida democrática e cultural da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de *childism* desenvolveu-se ao longo de duas trajetórias principais. Em seu primeiro significado, nomeia uma forma específica de preconceito contra as crianças, comparável a outras estruturas de discriminação, como o sexismo e o racismo. Essa interpretação torna visíveis a presunção adulta de superioridade, as microagressões dirigidas contra as crianças e as condições simbólicas que tornam possíveis o abuso, a negligência e a exclusão. Nesse sentido, o *childism* fornece um vocabulário crítico para identificar as formas cotidianas e frequentemente invisíveis pelas quais o poder adulto é reproduzido.

Em seu segundo significado, o *childism* torna-se uma perspectiva transformadora e reconstrutiva. Em vez de simplesmente denunciar o preconceito adulto, questiona as normas, instituições e epistemologias por meio das quais a infância foi marginalizada. Essa perspectiva não busca assimilar as crianças aos adultos, nem imaginar a infância como um espaço puro ou autônomo fora da sociedade adulta. Em vez disso, insiste na interdependência, na diferença e na agência relacional como bases para repensar a cidadania e a participação.

A literatura infantil ocupa uma posição particularmente importante nesse debate. Ela revela tanto a persistência do olhar adulto quanto a possibilidade de

desestabilizá-lo. Por um lado, a literatura infantil tem sido frequentemente um campo no qual os adultos constroem, disciplinam e autorizam a infância. Por outro, também pode funcionar como um espaço de descentramento, crítica e reconstrução imaginativa. A tensão entre essas duas dimensões mostra por que o *childism* não é apenas um termo descritivo, mas uma ferramenta crítica e política. Ele permite que a infância se torne um ponto de vista a partir do qual se podem repensar o poder, as relações sociais e a vida democrática. A questão já não é simplesmente como as crianças podem ser incluídas em instituições concebidas por e para adultos, mas como as instituições, o conhecimento e as práticas políticas podem ser transformados quando a infância é reconhecida como uma dimensão constitutiva da vida social. O *childism* abre, assim, um espaço político interdependente no qual adultos e crianças não são imaginados como sujeitos separados ou opostos, mas como atores diferentemente posicionados, cujas vidas, direitos e capacidades estão mutuamente implicados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel; SANFORD, Nevitt. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper & Brothers, 1950.

BARTHES, Roland. **Mythologies**. Paris: Le Seuil, 1957.

BENTON, Micheal. Reader-response criticism. In: HUNT, Peter (eds.), **International Companion Encyclopedia of Children's Literature**. London: Routledge, 1996. pp. 71-88.

BISWAS, Tanu; MATTHEIS, Liola Nike. Developing Disobedience: A Decolonial Childist Perspective on School Strikes for Climate Justice. **American Behavioral Scientist**, 2024. <https://doi.org/10.1177/00027642241268596>.

BISWAS, Tanu; WALL, John; WARMING, Hanne; ZEHAVID, Ohad; KENNEDY, David; MURRIS, Karin; KOHAN, Walter; SAAL, Britta; ROLLO, Toby. Childism and Philosophy: A conceptual co-exploration. **Policy Futures in Education**, v. 22, n. 5, 2024. pp. 741-759. <https://doi.org/10.1177/14782103231185178>.

BOSMAJIAN, Hamida. Psychoanalytical Criticism. In: HUNT, Peter (eds.), **International Companion Encyclopedia of Children's Literature**, London: Routledge, 1996. pp. 89-100.

CHAMBERS, Aidan. The Reader in the Book: Notes from Work in progress. In: **Children's Literature Association Quarterly**, Proceedings of the Fifth Annual

Conference of the Children's Literature Association. Baltimore MD: Johns Hopkins University Press, 1978. pp. 1-19.

CHAMBERS, Aidan. **Booktalk: Occasional Writing on Literature and Children**, New York: Harper & Row, 1985.

CHAMBERS, Aidan. **Tell Me: Children, Reading and Talk: How Adults help Children Talk**. Stroud, NH: Thimble Press, 1993.

CHAPLEAU, Sebastien. Children's Literature, Issues of Definition: The "Why?" and "Why Not?" of Criticism. **L'Esprit Créateur**, v. 45, n. 4, 2005. pp. 10-19.
<https://doi.org/10.1353/esp.2010.0278>.

CHAPLEAU, Sebastien. Childist Criticism and the Silenced Voice of the Child: A Widening Critical and Institutional Re-Consideration of Children's Literature. In: FINDLAY, Rosie; SALBAYRE, Sebastien (eds.). **Stories for Children, Histories of Childhood**, v. II. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2007. pp. 85-106.
<https://doi.org/10.4000/books.pufr.4946>.

GRILLI, Giorgia. **Di cosa parlano i libri per bambini. La letteratura per l'infanzia come critica radicale**. Roma: Donzelli, 2021.

HUNT, Peter. Childist Criticism: The Subculture of the Child, the Book and the Critic. **Signal: Approaches to Children's Books**, v. 43, n. 1, 1984. pp. 42-59.

HUNT, Peter, **Criticism, Theory & Children's Literature**. Oxford-Cambridge: Blackwell, 1991.

LESNIK-OBERSTEIN, Karin, **Children's Literature: Criticism and the Fictional Child**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

MEEK, Margaret. **Learning to Read**. Portsmouth: Heinemann Educational Books, 1986.

MEEK, Margaret. **How Texts Teach What Readers Learn**. Stroud, NH: Thimble Press, 1988.

MEEK, Margaret. **On Being Literate**. Portsmouth, NH: Heinemann, 1991.

MOOSA-MITHA, Mehmoona. A Difference-Centred Alternative to Theorization of Children's Citizenship Rights. **Citizenship Studies**, v. 9, n. 4, 2005. pp. 369-388.
<https://doi.org/10.1080/13621020500211354>.

NODELMAN, Perry, The Other: Orientalism, Colonialism, and Children's Literature. **Children's Literature Association Quarterly**, v. 17, n. 1, 1992. pp. 29-35.
<https://doi.org/10.1353/chq.0.1006>.

NODELMAN, Perry, **The Hidden Adult: Defining Children's Literature**. Baltimore MD: The Johns Hopkins University Press, 2008.

PIERCE, Chester M., Psychiatric problems of the Black minority. In: ARIETI, Silvano (eds.), **American Handbook of Psychiatry**. New York: Basic Books, 1974. pp. 512-523.

PIERCE, Chester M.; ALLEN, Gail B.. Childism. **Psychiatric Annals**, v. 5, n. 7, 1975. pp. 15-24. <https://doi.org/10.3928/0048-5713-19750701-04>.

ROLLO, Toby. Feral children: settler colonialism, progress, and the figure of the child. **Settler Colonial Studies**, v. 8, n. 1, 2018. pp. 60-79. <https://doi.org/10.1080/2201473X.2016.1199826>.

ROSE, Jacqueline. **The Case of Peter Pan or the Impossibility of Children's Fiction**. London: Macmillan, 1984.

RUDD, David. Theorising and Theories: how does children's literature exist?. In: HUNT, Peter (eds.), **Understanding Children's Literature**, 2nd ed.. New York: Routledge, 2005. pp. 15-29.

SAID, Edward W. **Orientalism**. New York: Pantheon Books, 1978.

TRIPI, Maura. **Non chiamateli bambini. Un'introduzione al childism**. Milano: Ledizioni, 2025.

VOLTARELLI, Monique. Childhood protagonism in latin american scenarios: threshold dialogues with childhood studies. **childhood & philosophy**, n. 18, 2022. pp. 1-28, <https://doi.org/10.12957/childphilo.2022.67277>.

WALL, John. Can Democracy Represent Children? Toward a Politics of Difference. **Childhood**, n. 19, 2012. pp. 86-100. <https://doi.org/10.1177/0907568211406756>.

WALL, John., Theorizing Children's Global Citizenship: Reconstructionism and the Politics of Deep Interdependence. **Global Studies of Childhood**, v. 9, n. 1, 2019a. pp. 5-17. <https://doi.org/10.1177/2043610618815484>.

WALL, John. From Childhood studies to Childism: Reconstructing the Scholarly and Social Imaginations. **Children's Geographies**, v. 20, n. 3, 2019b. pp. 257-270. <https://doi.org/10.1080/14733285.2019.1668912>.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Childism: Confronting Prejudice against Children**. New Haven, CT: Yale University Press, 2012.

YUVAL-DAVIS, Nira. Institutional Racism, Cultural Diversity and Citizenship: Some Reflections on Reading The Stephen Lawrence Inquiry Report. **Sociological Research Online**, v. 4, n. 1, 1999. pp. 115-123. <https://doi.org/10.5153/sro.235>.

ZIPES, Jack. **Childism and the Grimms' Fairy Tales: or How We Have Happily Rationalized Child Abuse through Storytelling**. In: Ziegler Speaker Series, Department of Central, Eastern and Northern European Studies, University of British Columbia, 2012. Available in: www.academia.edu/6192577/Childism_and_Grimms_Tales.